

Nova Ordem Económica Internacional



-
- debate após intervenção
 - Seminário sobre NOEI, Lisboa
 - organizado por Prots. da Faculdade IPE
-

Maio 1979

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRO MINISTRO

Fundação Cuidar o Futuro

(DEBATE) Debate após intervenção HLP

Questão:

Pode-se concluir das afirmações da Sra. Embaixadora que o conceito de necessidades essenciais (besoins essentiels) ou de necessidades básicas (basic needs), depois de ter aparecido estreitamente ligada aos aspectos sociais e culturais da Nova Ordem Económica Internacional, está já condenado a ser ultrapassado?

A minha pergunta tem a sua razão de ser, dado que, na minha ignorância, julgava que os organismos especializados da ONU estavam altamente empenhados na definição das necessidades essenciais ou básicas e que, inclusivamente, a nova linguagem em formação tinha já levado o Director-Geral da Organização Mundial de Saúde a propor que se passasse a falar em cuidados médicos essenciais ou básicos, para corresponder às respectivas necessidades em matéria de saúde, em substituição do conceito de cuidados primários, que tanta fortuna tem tido entre nós e não só, nos últimos anos.

Fundação Cuidar o Futuro



Resposta:

Vou responder em primeiro lugar, mas gostaria também de ouvir, a opinião de Mr. Najman.

Foi posta a questão de saber se o conceito de necessidades essenciais estava ultrapassado a nível da UNESCO.

Quanto a mim o que posso dizer é que, em primeiro lugar, os países em via de desenvolvimento, a grande maioria dos países representados na UNESCO, vêm fortemente que a utilização do conceito de necessidades essenciais é, no limite, um conceito redutor dos objectivos e finalidades do desenvolvimento e foi assim que tal conceito foi utilizado pelas Agências internacionais de financiamento e investimento.

Em segundo lugar, certos países ocidentais, movidos por grande generosidade, dizem que as necessidades essenciais não são apenas necessidades materiais mas são necessidades de ordem espiritual, como a alegria, a felicidade. Houve até uma proposta,

da Suécia, que vai nesta linha. Ora no momento em que se ultrapassa determinado limiar, surge a questão de saber quem define o que é a felicidade, qual o valor que determina a alegria do homem e a sua possibilidade de sobrevivência no plano espiritual.

Em terceiro lugar, teme-se que este conceito substitua conceitos mais operacionais e estritamente económicos que estão muito longe de ser aplicados nas relações entre Estados. Creio que são estes três pontos a chave da discussão no seio da UNESCO.

Resposta:

Dragaljub NAJMAN

Os países em via de desenvolvimento tiveram receio de que o conceito de necessidades essenciais substituisse a estratégia da N.O.E.I. e se transformasse não apenas num factor de redução mas também de substituição.

Mas vamos à origem. ^{Fundação Cuidar o Futuro} O conceito de necessidades essenciais foi lançado por um certo número de países com ^o objectivo extraordinariamente generoso e parece-me que se isto não se disser está-se a esconder a verdade. Surgiu nos países nórdicos e escandinavos na sequência da seguinte preocupação: para onde vai, a quem aproveita finalmente o auxílio prestado pelo hemisfério norte. Vimos que, no fim de contas, o auxílio não era tão considerável como isso. Mas os países nórdicos preocupavam-se com o facto de que esse auxílio beneficiava uma classe em formação no hemisfério Sul - não sei se o termo exacto é classe - ~~um~~ grupo, sem que o resto da população retirasse qualquer proveito. Por isso disseram: temos de reavaliar os objectivos do auxílio que prestamos e estamos prontos a aumentá-lo - foram os únicos, com a Holanda, a dizê-lo - com uma condição: esse auxílio não deverá reverter em favor de camadas privilegiadas mas há-de ser repartido equitativamente e satisfazer um certo número de necessidades essenciais como a alimentação, a educação, a saúde e a habitação. Assim foi equacionado o problema.



Os países do hemisfério Sul, por um lado, sentiram esta tomada de posição, como uma ingerência nos seus próprios problemas internos, por ~~um~~ ^{outro} lado, e o que é mais grave, ~~viam~~ na estratégia das necessidades essenciais o princípio que conduziria a reduzir o desenvolvimento global dos seus países à satisfação das necessidades essenciais, o que significaria que não haveria industrialização, desenvolvimento de transportes e comunicações, desenvolvimento científico antes de se ter resolvido o problema das camadas mais pobres, que como vimos ontem, exigiria centenas de milhões de dólares.

A reacção do hemisfério Sul foi violenta. Creio que estamos presentemente numa situação em que o fiel da balança parece querer estabilizar algures, a meio caminho entre os extremos. Isto é, a estratégia das necessidades essenciais será aceite como uma componente da N.O.E.I., mas não como a componente essencial e, evidentemente, competirã a cada país definir quais são as suas necessidades essenciais em determinada situação, o que de resto é compreensível. Partiu-se portanto duma situação em que, por um lado, o hemisfério Norte queria dirigir todo o seu auxílio para as necessidades essenciais - o Banco Mundial, com todo o respeito que lhe é devido, contribuiu fortemente para esta posição - e, por outro lado, o hemisfério Sul recusava sistematicamente esse tipo de abordagem, para a posição actual, que é francamente mais razoável, quer dum lado quer doutro. Na última reunião da ECOSOP, em Julho passado, os países desenvolvidos tomavam uma posição mais razoável porque se ~~de~~ram conta de que a absolutização do conceito de necessidades essenciais não contribuiria nem para fazer avançar o conceito nem a perspectiva da N.O.E.I.

É esta a nossa perspectiva, na UNESCO, ^{na} Comunidade Internacional, com a ressalva de que a UNESCO, neste domínio, já há bastante tempo adoptou uma posição mais matizada que outras instâncias internacionais. A posição da UNESCO tem sido mais ou menos a mesma, nunca rejeitando o conceito de necessidades essenciais mais aceitando-o com prudência. Presentemente o resto da Comunidade Internacional defende posições idênticas àquelas que a UNESCO vinha defendendo sozinha há cerca de dois anos. Não creio que a posição da UNESCO tenha mudado muito ou venha a mudar muito no futuro. Por acaso tivemos razão.

Questão:

Tomando a liberdade de comparar o processo reivindicativo dos países chamados do hemisfério Sul com o processo reivindicativo das classes trabalhadoras no interior das sociedades industriais e cujo modo de aceitação por parte das classes poderosas depende também do grau cultural dos respectivos componentes, perguntava: Estarão as sociedades do hemisfério Norte culturalmente preparadas para aceitar um menor quinhão na distribuição mundial dos frutos do desenvolvimento? E sendo a formação da vontade dos estados fundamentalmente influenciada pelas ideologias dominantes, não poderá essa perda relativa de benefícios favorecer o fortalecimento de ideologias conservadoras que já se têm vindo a manifestar nos últimos anos, dando assim origem a um atraso no processo?

Resposta:

Creio que dá vontade de responder tut y est é aí a questão toda. Creio que a primeira pergunta é a pergunta verdadeira. Ora, se culturalmente o hemisfério Norte está ou não preparado para uma nova redistribuição da riqueza, ao fim e ao cabo o problema é esse. Ora aqui acho que é importante distinguir no hemisfério Norte, é necessário fazer várias distinções. A primeira entre os poderes estabelecidos e os movimentos sociais, por outro lado é preciso também qualificar os poderes estabelecidos. Poderes estabelecidos de ordem política, excluí neste momento os de ordem exclusivamente económica. Os de ordem política é certo que no hemisfério Norte há, ao nível das organizações internacionais isso é muito claro, há Estados e utilizo o adjectivo que o Dr. Najman utilizou há bocado há Estados que aparecem na cena internacional como generosos, e outros não. Não é por acaso que a ajuda ao desenvolvimento é da parte da Suécia 0,85%, da parte dos Países Baixos de 0,65%, da parte da República Federal Alemã 0,3%. Ora isto tem um significado, quer dizer que há mesmo no hemisfério Norte países, e entre os poderes políticos constituídos, países que se caracterizam por uma vontade mesmo que não seja sempre eficaz, uma vontade de repartir a riqueza, e através de mecanismos variados que vão desde a ajuda directa bilateral que é tradicional pelas vias diplomáticas até a ajuda



Fundação Cuidar o Futuro



através das organizações multilaterais que essa anula quase totalmente o efeito de dependência que a ajuda de um país rico a um país pobre necessariamente traz consigo, e em organizações como a UNESCO por exemplo e as outras Agências especializadas muito dos países a que chamo generosos são também aqueles que não hesitam em recorrer a um sistema de empréstimos pelo multilateral que nós chamamos fundos em depósito em que o país, vou agarrar na Suécia é o exemplo mais simples e cristalino, a Suécia, por exemplo, tem através da UNESCO um processo de ajuda às estruturas educativas do Quênia. Falo através da UNESCO o que significa que é a UNESCO a gerir esse fundo, os consultores, os processos, etc. são todos eles determinados entre a UNESCO enquanto comunidade internacional e os seus funcionários, como funcionários dos Estados membros e o Estado que recebe e que está no termo do processo o que leva digamos a um total desapego daquele que dá para pôr as coisas em termos muito claros. Há outros Estados que têm dificuldade em aceitar este tipo de mecanismo multilateral. Já agora gostaria de dizer que me parece importante da parte dos países do hemisfério Sul ou dos países em desenvolvimento, serem capazes de compreender que há tipos de empréstimos deste género que são diversificados e que podem conduzir a uma atitude de grande liberdade perante aqueles que têm a generosidade de ajudar. Mas fiz outra distinção no interior de cada sociedade entre os detentores da decisão política e os movimentos sociais. Julgo que nós aí estamos de facto perante vectores ou forças por vezes completamente opostas. Não posso deixar de dizer por exemplo que me tem impressionado imenso nos últimos dias a campanha para as eleições para o parlamento europeu que se iniciou em França como nos outros países da CEE, e ouvir um político, aliás uma mulher política que respeito imenso no sector em que exerceu o poder político, defender a entrada de Portugal, Espanha e Grécia para a CEE nos seguintes termos: É indispensável que Portugal, Espanha e Grécia entrem por duas razões, a primeira porque, entrevista dada ao "Figaro", porque precisamos de ter a garantia que estes países prosseguem o caminho de democratização que iniciaram, e de outro modo não teríamos essa garantia, e em segundo lugar porque entrando estes países a França tem possibilidades de



ser o eixo da nova comunidade econômica europeia. Evidentemente é fácil dizer que isto é discurso para consumo interno do eleitorado francês. No entanto fica registrado e foi dito, podemos por isso, posso dizer isto é um exemplo entre muitos outros, que ao nível dos poderes políticos dificilmente os poderes políticos são neste momento capazes, e eu acho que isto é trágico, não faço isto como uma crítica meramente política faço como uma crítica do vazio cultural em que estamos e já que estou a falar desse país e aliás de que gosto imenso e que respeito, um país com uma riqueza cultural espantosa como é a França tem dirigentes políticos que dão como meta para o ano dois mil para a França substituir a República Federal da Alemanha nos quatro países que têm o maior produto nacional bruto e que vêm à cabeça da lista na série dos países analisados pelo Banco Mundial. Ora se um país com a riqueza que tem a França atrai como motivação para a sua população, um crescimento econômico para ultrapassar o país vizinho não há dúvida que há uma crise qualquer muito grande de valores no seio dessa sociedade. Ora essa crise de valores, e aí é que há a tal separação, é expressa, diria no outro extremo, pelos movimentos sociais mais fortes. São os movimentos sociais que atingem aspectos de contestação que não é já a contestação violenta de há 10 anos ou 11 mas é uma contestação de procura de alternativas de vida em sociedade que se dirigem quer ao ambiente quer à relação do homem com o trabalho quer à relação do homem com a comunidade e em que vemos constantemente homens e mulheres que já percorreram o ciclo todo da sociedade de consumo industrializada, procurem hoje novas soluções e outras alternativas. Julgo que aí, referindo-me à sua pergunta, se as sociedades estão culturalmente preparadas não estão, penso que não estão, mas há no seio dessas sociedades se virmos os grandes movimentos sociais que estão dinamicamente activos e não estão apenas tomados na rede, na armadilha da captação do poder político no sentido estrito, penso que eles são fermento de uma esperança concertada diferente e são já hoje catalizadores de iniciativas que ainda não são globais mas que permitem encarar com um certo optimismo o futuro. É a única coisa que posso dizer.

Questão:

Creio que a Sra. Embaixadora já respondeu a parte da minha pergunta mas eu contudo vou apresentá-la:

A Sra. Embaixadora privilegia a instância cultural e social na construção da Nova Ordem Internacional e, segundo me parece, em detrimento da instância política. A questão que coloco é a seguinte. Do ponto de vista da Sra. Embaixadora, os partidos políticos refiro-me àqueles partidos interessados na mudança, não seriam mais os principais factores de mudança social? Na negativa, quais os agentes orgânicos que realizarão o que a Sra. Embaixadora chama de vontade nacional?

Resposta:

É uma pergunta muito tentadora esta, e já sabe que eu privilegio o cultural e o social sobre a instância política. E nomeadamente em relação aos partidos políticos eu gostaria de acentuar que os partidos políticos têm tradicionalmente dois vectores fundamentais. Um deles que se pode chamar a educação e o treino cívico daqueles que neles participam e que inclui seguramente coeficientes de ordem cultural e de ordem social e outro a conquista do poder.

Ora bem, é aqui que me parece entrar uma dialética que me leva a subalternizar os partidos políticos em relação a outros agentes da mudança social. E a dialética é esta. É se, por um lado, é mudança social, por outro lado é poder político. Onde é que o poder político, em que condições é que o poder político é agente da mudança? O poder político é cristalizador de um determinado status quo e ou é ele capaz permanentemente de gerar a mudança, porque a mudança social não é apenas aquela que nos faz passar de um estágio a outro. Não vejo apenas como uma mudança social como sendo uma vez por todas mas uma vez a sociedade mudada, mudar essa sociedade que foi mudada e julgo que nesse processo, que é de reiteração constante, os partidos políticos se vêm seguramente a braços com uma relação que é necessariamente dialética porque no momento em que assumem o poder têm de garantir um certo patamar





Resposta:

Luis Echeverria

Na minha opinião é preciso compreender que a Sociedade Nacional e Internacional é um conjunto de factores objectivos e subjectivos que nós, apenas por comodidade metodológica, distinguimos como político, social, económico e cultural. Os sociólogos sabem que a vida colectiva é um conjunto de factores que têm uma contínua e imparável dinâmica inter-fluente. Só se formos capazes de entrar no terreno da multidisciplinaridade, se nos apetrechamos com um saber total e unitário - saber esse que parece ser uma necessidade da civilização ocidental contemporânea - poderemos compreender o todo social a nível interno e internacional. Entre eles há uma dinâmica quase indecifrável, inseparável na medida em que a interdependência aumenta.

Falar - que me perdoem os economistas aqui presentes - da Nova Ordem Económica abstractando de tudo o mais é afastarmo-nos da realidade. Dizia ontem que aconteceram coisas muito importantes nos últimos anos na UNESCO, em muitas das suas reflexões, deliberações, preocupações e publicações.

Na realidade antes do económico está o cultural e não é a cultura o total dos valores de uma sociedade? Realmente o que é que vem a ser o económico? O económico são as relações de produção. Mas antes do económico e também como consequência dele há um conjunto confuso de relações de causas e efeitos que constituem a sinergia da vida social. O que é que vem antes? Qual é a causa e qual é o efeito? É algo que o saber contemporâneo especializado deve procurar esclarecer.

Fundámos no Mexico, com um grupo de homens de boa vontade ^o "Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo". Não é simplesmente um Instituto para o estudo do desenvolvimento económico. Lá se estudam os problemas de sociologia da cultura, do desenvolvimento económico, os problemas da transferência de tecnologia, os problemas das expressões artísticas dos países em via de desenvolvimento. Houve quem nos criticasse por quereremos abarcar tantas áreas, mas na vida colectiva te-

mos de apreciar simultaneamente todos os aspectos. Não há vida econômica sem vontade política e a vontade política é determinada por uma série de considerações, hierarquizações, valores objectivos e interesses. Mas ao mesmo tempo não há vontade política se não houver um conjunto de instrumentos que nos têm nacionalizado cada vez mais a vida contemporânea, a economia. Porém se não tivermos uma base filosófica geral, uma concepção geral da origem da vida social, se não partirmos disso, algo de que geralmente não falamos, e porque não dizê-lo, de uma concepção de ordem filosófica ou religiosa - não falo forçosamente de espiritualismo ou materialismo, falo de algo de ~~geral~~^{geral}, de uma base segura para considerar os aspectos nacionais e internacionais daquilo a que, com uma evidente pobreza, chamamos a Nova Ordem Econômica Internacional.

Quando nos preocupamos com a existência de países pobres e de países ricos, estamos a partir dum conceito filosófico geral que é o da solidariedade humana. Dizia ontem que podíamos ser cristãos ou socialistas, ou socialistas cristãos, mas aquilo com que não podemos concordar ~~que~~^{que} seja ~~as~~^{as} nossas convicções é com a injustiça e isso leva-nos a reflectir sobre o que é a justiça. E também que temos que pensar e actuar com liberdade. E se pensarmos na liberdade e na justiça já nos situamos num campo filosófico, ou de ordem religiosa ou transcendental, que é o único que pode recuperar a civilização ocidental dessa segragação por matérias e disciplinas que frequentemente faz do homem de ciência - aparte os conceitos de ordem geral e fundamental - um bárbaro moderno, ou que frequentemente faz com que os economistas tenham apenas uma concepção dos instrumentos contemporâneos e sofisticados, e os afaste de considerações por vezes até históricas e nos faz esquecer que há um caminho directo para compreender o todo social que é a arte. A educação artística é muito importante. Há escolas no mundo em que os jovens despertam ouvindo sinfonias e isso é importante, porque a arte lhes oferece uma concepção directa das coisas.



Quando nós, por vocação ou por ocasião, aprendemos a ver paisagens elaboradas pelos pintores entendemos melhor as paisagens da natureza. Quero dizer que quando se discute a N.O.E.I. não se deve abstrair de nada, nem sequer da literatura ou do romance e muito menos da poesia que devem ajudar muito os economistas e os sociólogos a estudar o todo social.

É importante para nós, povos latinos, valorizar estes meios que nos levam mais ao fundo dos problemas que os estudos analíticos, diferenciados, unidisciplinares, que possibilitem uma compreensão directa e profunda das coisas.

Perdõe-se-me a imodéstia - não é imodéstia, é uma experiência. Tive ocasião de ter discussões práticas com Chefes de Estado de países onde é costume ter conselheiros altamente especializados em determinados domínios.

Quando o Chefe de Estado tem de recorrer a esses especialistas demasiado sofisticados e sem uma concepção unitária, não é fácil de acertar numa solução. Uma concepção unitária das coisas leva-nos mais directamente à realidade. A vida social não se pode segregar por factores isolados. É necessário chegar a conceitos *quais* que nos iluminem mais rapidamente e de modo mais certo e directo para entender a realidade em que temos que actuar. Eu acrescento. O político, o económico, o social, o estético e o filosófico geral, o filosófico social, para multidisciplinarymente poder actuar nestas realidades tão complexas.

Tem-se feito muito pouco para instauração da N.O.E.I. O meu país mandou-o dizer à Conferência da UNCTAD em Manila pela boca do Secretário de Estado da Indústria. Já se disse quase tudo sobre a N.O.E.I.; fez-se, porém, muito pouco. Isto resulta talvez da falta de concepções gerais, de que tanto carece o mundo em geral. Necessitamos que nas Universidades, nos Governos, que nos filósofos sociais haja conceitos gerais com a compreensão de todos os factores em jogo para que se consigam dar passos significativos no caminho da N.O.E.I.



Questão:

Em termos da Nova Ordem Internacional é já hoje possível caracterizar processos alternativos para se alcançar o desejável equilíbrio, isto foi o que eu retirei das conferências de ontem em que foram analisados alguns modelos alternativos de relações económicas entre os países e até lançadas, nomeadamente pelo Dr. Najman, algumas estratégias.

A introdução, porém, do vector cultural que, como disse a oradora, deveria ser finalidade, dimensão, aferidor da dinâmica da N.O.E.I. põe um conjunto de questões que vêm pôr em causa inclusivamente a adequação do processo de abordagem da problemática em questão.

Isto é, o desconhecimento e a incapacidade de traduzir em termos objectivos (e qualitativos) as variáveis dinâmicas das culturas ou comportamentos culturais horizontais (nacionais) e de equacionar a inter-relação destas com outras da cultura vertical não permite traçar modelos prospectivos que possam avaliar da correcção ou a adequabilidade das propostas de ordem económica.

Deste modo pergunto mesmo se aspectos sociais em termos de bem-estar, direitos sociais, necessidades básicas que dão (tentam) um substracto social e humanista às relações económicas internacionais não são já traçados ao arrepio da análise e caracterização cultural do mapa internacional e do conceito das nações e não condicionam a relação sistémica entre os aspectos sociais e culturais da N.O.E.I.?

Isto é, não se começou mais uma vez historicamente uma visão e uma proposta internacional partindo de uma dimensão limitadora do confronto e da dialética criadora entre nações?

Resposta:

O porém do vector cultural que, como disse a oradora, deveria ser finalidade, não



foi esta a expressão correcta da oradora mas foi aquela que eu apanhei, deveria ser finalidade, dimensão aferidor da dinâmica da Nova Ordem Económica Internacional, põe um conjunto de questões que vem pôr em causa inclusivamente a adequação do processo de abordagem da problemática económica em questão, isto é o desconhecimento e a incapacidade de traduzir em termos objectivos, objectivos quantitativos ou não, as variáveis dinâmicas das culturas e comportamentos culturais horizontais isto é nacionais regionais e equacionar a inter-relação destas com outras da tal cultura vertical, enfim aquela que resulta do processo civilizacional industrial, não permite, na impossibilidade de nós termos este panorama objectivo, não permite traçar modelos prospectivos a meu ver que possam avaliar da correcção e da adequabilidade das propostas da Nova Ordem Económica Internacional. Deste modo pergunto-me ou pergunto mesmo se os aspectos sociais em termos de definição de parâmetros de bem estar, os tais direitos sociais que são direitos sociais ou não, quem é que os define e como é que a gente os sente as tal problemática de todas as necessidades básicas, que dão ou tentam dar um substracto social e humanístico às relações económicas internacionais portanto esses aspectos não estão já traçados ao arrepio da análise e da caracterização cultural do mapa internacional das nações, e não condicionam a partida as tais relações sistêmicas enfim globais entre os aspectos sociais e culturais da Nova Ordem Económica Internacional, é uma pergunta. E posto isto realmente faço uma pergunta, não se começou mal, isto é historicamente este processo, no fundo esta proposta de um novo conceito internacional não começou mal mais uma vez porque partiu da dimensão limitada da economia e portanto não permite talvez o confronto da dialética criadora entre as nações ou não? É uma questão.

Questão:

Eu queria-me referir ao apelo final feito à insurreição das consciências no mundo ocidental aproveitando talvez uma avaliação do aspecto sócio-económico, sócio-cultural do que eu ontem disse aqui e portanto é possível que não haja uma coincidência de público mas de qualquer maneira sê queria abordar aqui este aspecto.





A questão da insurreição das consciências no mundo ocidental, eu sou um bocado pes^osimista quanto a estas possibilidades. O centro de decisão no ocidente tem mais ou menos começado depois de uma agitação inicial muito grande a aceitar que certas condições postas no que respeita à Nova Ordem Económica Internacional mas sob uma certa pressão inicial de certos países e só tem havido realização ou princípio ou marcação de política de orientação de realização daquilo que se exigido está em correspondência com interesses e com existentes nas próprias economias ricas. Não se tem cedido em pontos que venham contradizer as economias que têm o poder de decisão ainda hoje. Ora a ligação que eu quero aqui fazer com a questão cultural é que essas exigências na média e há felizmente muito interessantes e valiosas excepções não são necessariamente ligadas às exigências que as populações dos respectivos países deveriam pôr os representantes formais nas conferências e criadores dos documentos não são necessariamente representantes das exigências das populações todos nós sabemos isso. E eu ontem tinha chegado aqui à conclusão de que no fundo não se trata de uma reforma da ordem económica existente mas pelo menos enquanto se mantiverem so as premissas de que se parte hoje não se trata mais do que uma nova regra de jogo que implica uma redistribuição diferente de rendimentos os países pobres querem pura e simplesmente mais mas quem é que quer mais? São aqueles que são os representantes são camadas sociais que vão usufruir dessa redistribuição numa nova regra de jogo mas isso não vai implicar necessariamente e não tem implicado na realidade o melhoramento das populações que correspondem a esses representantes. Ouvimos aqui há bocado dizer que essas camadas sociais falam uma língua estrangeira nos seus países. Uma língua estrangeira eles têm realmente uma posição que não tem nada a ver e como eu disse repito que há honrosas e muito boas excepções mas que na média essas pessoas não têm a ver com os interesses da população. São pessoas ligadas aos centros, são pessoas formadas a maior parte ou por razões económicas ligadas aos interesses dos centros e não aos interesses locais. O que quer dizer que as vantagens que advenham do melhoramento da Ordem Económica dificilmente na média serão transmitidas em massa para as populações principalmente e exactamente no campo cultural, porque o campo cultural é realmente decisivo para a evolução da so-



cidade na medida em que as pessoas têm ou não têm consciência do que é a sua realidade, a realidade onde eles vivem e todos nós conhecemos e como bons portugueses que somos o que foi a política cultural deste país. Hoje não se sabe muito bem onde é que se vai com a política cultural mas é mais um problema de incerteza do que um problema de obscurantismo e nós sabemos porque é que se manteve o nível cultural em Portugal tão baixo. Daí que esses interesses que são apresentados não venham minar a Ordem presente a divisão internacional do trabalho seria perturbada se viesse a minar e é a base dessa divisão internacional do trabalho que há vantagens para essas camadas sociais. Ora nesses termos uma possibilidade de solidariedade no centro uma insurreição das consciências que penso que é entendido como tomar uma posição de solidariedade com o melhoramento do nível cultural entendido aqui em termos harmônicos, portanto eu não vou agora aqui entrar na questão de qual é o tipo de cultura que vai daí derivar não acredito que ele possa surgir que esse rebate de consciência surja se não houver um interesse concreto material na consciência daqueles que se vão então revelar. O nível de consciência social e cultural nos países ricos não está ao ponto de perceber que os problemas mundiais estão acima dos seus interesses pessoais são. O centro solidariza-se com os países pobres quando tem o interesse material, eu dou o exemplo que várias vezes já citei, não aqui, de uma solidariedade por exemplo na elevação da cultura de trabalhadores da montagem de automóveis ou produção de automóveis nos países pobres. Porque é que surgiu uma solidariedade no sentido de serem colocados mais fundos à cultura, à formação profissional por exemplo desses trabalhadores, porque como nós sabemos o trabalho está hoje de tal maneira que qualquer sistema de produção está tão simplificado que qualquer pessoa o pode fazer, e portanto o mais complexo sistema de trabalho tem momentos tão simplificados que as vantagens que advinham ao operariado por exemplo da Europa de ter mais cultura vão perdendo em valor qualquer transacional quando aparecem exigências de mais no centro podem se quiserem e têm feito transplantar a produção porque está extremamente para um sítio de mão de obra mais barata e aí é que apareceu a solidarização, os operários dessas transacionais nos centros solidarizam-se

com uma formação cultural maior dos operários dos países pobres porque isso vai-lhe trazer uma produtividade marginal do trabalho maior e produtividade marginal do trabalho maior vai aplicar salários mais altos e portanto diminuir o risco dos operários do centro perderem o seu emprego porque transplantavam para sítios de mão de obra mais barata. Sô a este nível de um interesse muito concreto material é que eu sou mais optimista talvez no que toca à questão de solidariedade.

Resposta:

Antes de terminar sô queria acentuar por um lado em relação à última intervenção que há numerosos aspectos que já foram focados ontem mas que me parece que há um optimismo bastante exagerado quanto à simplicidade dos actos no processo industrial e tive a sensação de estar a ouvir um slogan muito comum nos Estados Unidos "look ali-ve, you can be replaced by a button" de modo que não tenho essa convicção assim tão forte. Em relação à intervenção da Teresa Ambrósio, julgo que ela toca realmente o fundo, fundo das questões que nós estamos a debater aqui. Onde é que é, nesse conjunto inter-disciplinar, inter-sectorial de que o Presidente Echeverria falava, onde é que se encontra o ponto de partida para o processo e seguramente eu considero, como a Teresa disse, que o problema está inteiramente em aberto mas julgo que toda e qualquer atitude e procura duma solução para ele é desde já repô-lo noutros termos. O facto de se formular assim é desde já desmitificar a omniênica das coisas estabelecidas e tentar apontar para outro tipo de realidades. Talvez dissesse apenas e uma conversa mais longa concerteza conduziria a uma compreensão melhor do que a Teresa Ambrósio disse, apenas diria que no enquadramento em que nos situamos aqui, há sem dúvida no interior de cada sociedade um mínimo de vida humana, de possibilidade de expressão de vida humana para a qual não é necessária auscultação da população, se as pessoas morrem na rua de Calcutã é evidente que não devem morrer, é evidente que precisam de ser alimentadas, digo Calcutã porque está longe e portanto é mais simples mas julgo que há um certo patamar de sobrevivência o que ontem chamavam os dois conferencistas o nível da pobreza absoluta que me parece que não pode de modo nenhum permanecer como uma realidade que coexiste com todas estas elucubra-

ções relativas a uma Nova Ordem Internacional. Portanto eu distinguiria aĩ dois tipos de problemas, aqueles que dizem respeito a essa satisfação mĩnima e todos aqueles que significam um repõr de toda a problemática totalmente em outros termos e julgo que tenho a mesma dũvida que a Teresa Ambrõsio tem e talvez ainda fosse mais longe mas isso evidentemente fica para o fim de toda a nossa reflexãõ que concerteza continuarã. O que eu nãõ queria deixar de dizer, como o Presidente Echeverria fez apelo ã poesia, ẽ que me parece que, ao fim e ao cabo, no meio de tudo isto hã um caminhar muito importante dos homens e das mulheres numa esperança de uma vida diferente e na certeza de que enquanto povo, por muito que nos pareça degradado o sistema o processo em que num determinado momento estamos envolvidos, hã uma esperança na tenacidade e na constante reformulaçãõ das coisas que sãõ ela pode conduzir criadoramente a novas soluções e vem-me ã lembrança o fim de um dos poemas de Torga sobre o povo ibẽrico nos poemas ibẽricos que para mim tem imenso significado e julgo que tem um significado na nossa vida social concreta portuguesa. Ao descrever o povo ibẽrico Torga termina assim: Porque a grande aventura nãõ ẽ rasgar os pẽs e chegar morto ao fim, ẽ nunca por nenhuma razãõ descer do chãõ duro e ruĩm.

